

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



## Conflito entre o termo "fake news" e a liberdade de expressão em tempos de campanhas eleitorais.

### Autor(es)

Luciana Leal De Carvalho Pinto  
Alexandre José Rodrigues  
Felipe De Almeida Campos  
Ivone Alves De Sousa Santos  
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

### Introdução

A palavra “liberdade” é alvo de grande discussão, principalmente no meio jurídico. Uma das suas principais aplicações é exposta no art. 5º, inciso IV da Constituição de 1988, que se trata da liberdade de expressão, direito fundamental garantido pelo texto constitucional. A palavra liberdade, no sentido mais genérico, pode ser conceituada como: “Estado ou característica de quem é livre”, de acordo com o dicionário online de português. A Constituição Federal traz a transcrição clara do direito fundamental, objeto do estudo, bem como as condições para o pleno exercício e as consequências para quem ultrapassa um certo limite, ferindo o direito de outrem. Uma das grandes divergências quanto ao assunto é a liberdade de expressão em épocas eleitorais. Uma ótima pergunta para colocar a pauta em discussão é: Até onde é “lícito” mitigar esse direito?

### Objetivo

O objetivo do presente artigo é estudar o conflito de entendimentos relacionados à mitigação do direito à liberdade de expressão decorrente da divergência de pensamentos a respeito da limitação imposta, principalmente, em épocas de campanhas eleitorais.

### Material e Métodos

Os materiais utilizados foram a Constituição Federal, especificamente o art. 5º, inciso IV, que trata da liberdade de expressão; o Código Penal, dos crimes contra a honra; lei 4.737/65 (Código Eleitoral), em especial a parte dos crimes eleitorais; Dicionário online de português: conceito de liberdade; e matérias, produzidas durante as eleições, que envolvem o cerceamento à livre manifestação do pensamento.

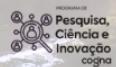
### Resultados e Discussão

É muito comum que, em tempos de campanhas eleitorais, os pedidos de direito de resposta e processos relacionados aos crimes contra a honra e crimes previstos no Código Eleitoral ganhem destaque pelo grande conflito de interesses decorrente das disputas de cargos políticos. Não somente nas campanhas, mas, também, a

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



divulgação de conteúdos nas redes sociais por apoiadores dos candidatos.

Um termo que ganhou bastante destaque nas recentes eleições foi: “fake news”, decorrente do estrangeirismo, este termo, pode ser traduzido como: “notícias fraudulentas”. É fato que o direito não é absoluto, mas o que o presente artigo busca compreender é: até onde o cerceamento à livre manifestação do pensamento, em tempos eleitorais, é razoável no Estado Democrático de Direito?

## Conclusão

O problema relacionado ao termo “fake news” é: quem deve decidir o que é verdadeiro quando não é possível se basear em critérios objetivos? As fontes da imprensa e de estatística são confiáveis? O Poder judiciário julga com imparcialidade e respeita os limites constitucionais das suas atribuições?

A falta de critérios objetivos implicam na possível violação das garantias individuais ao aplicar sanções aos que usam da sua liberdade de se expressar, em especial, nos períodos de eleição.

## Referências

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

<https://www.dicio.com.br/>

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4737compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm)

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/26/disseminacao-de-fake-news-em-periodo-eleitoral-pode-ter-pena-aumentada>

<https://www.tre-ba.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Marco/cidadao-que-espalhar-fake-news-pode-ser-responsabilizado-por-crime-contra-a-honra>